

## A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL/EM TEMPO INTEGRAL

Jaklane Nunes Rabêlo<sup>1</sup>  
Universidad Interamericana<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo, através de uma pesquisa bibliográfica, propõe refletir acerca da importância das iniciativas políticas e pedagógicas de indução da Educação Integral, aqui entendida como Escola em tempo integral, como estratégias para tentar minimizar ou sanar a problemática da baixa qualidade da alfabetização e do letramento nas escolas públicas que apresentam baixos índices de desenvolvimento da educação básica. Para tanto, buscar-se-á, a luz do pensamento de diferentes teóricos, aprofundar os conhecimentos à respeito dessas propostas, tendo como foco à questão da alfabetização e do letramento, para tentar compreender como essas iniciativas poderiam (ou não) contribuir para melhorar o processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, elevar os níveis de alfabetismo, dentro das escolas públicas supracitadas, promovendo à transformação positiva dessa realidade educativa.

**Palavras chaves:** Alfabetização; letramento; Política Educacional, Educação integral.

### INTRODUÇÃO

Com a universalização da Educação Básica no Brasil, muitos acreditavam que facilmente resolveriam as problemáticas da falta de acesso à escolarização e da baixa qualidade da alfabetização no país. No entanto, com o passar do tempo, perceberam que, apesar dos aparentes esforços empreendidos pelo Estado e a sociedade, essas questões não estavam sendo totalmente superadas e, devido à isso, novos desafios estariam surgindo e precisavam ser enfrentados, para garantir que todos os brasileiros tivessem o direito de ter acesso facilitado ao processo de escolarização e à alfabetização de qualidade, o que seria essencial para dar-lhes mais oportunidades de, através do domínio leitura e da escrita,

---

<sup>1</sup>Doutoranda e Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana – Assunção/PY (2018). Graduada em Letras Vernácula com especialidade em Linguística e Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Especialista em História da Cultura Afro-brasileira pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) - BA e Metodologia da Língua Portuguesa Pela Faculdade Vasco da Gama – BA. lanerabelo@hotmail.com.

<sup>2</sup>O presente artigo traz resultados de uma pesquisa bibliográfica que deu origem ao terceiro capítulo da tese de doutorado intitulada “O Programa Novo Mais Educação como instrumento para a gestão escolar minimizar a problemática do baixo nível de alfabetismo nos anos finais do ensino fundamental: uma análise crítica da realidade educativa do município de Xique-Xique Bahia/Brasil”, que será defendida em janeiro de 2022, na Universidade Interamericana, em Asunción, PY, tendo como orientador o professor Raphael Fontes Cloux.

adquirirem novos conhecimentos e, com isso, poderem progredir intelectual e socialmente.

Por essa razão, o Estado procurou rever conceitos e concepções para – em conjunto com a sociedade civil – propor iniciativas político-educativas que visasse agregar esforços e ampliar investimentos em prol do melhoramento da qualidade da educação no país. E dentre essas iniciativas o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) emergem como relevantes alternativas, por proporem a Educação integral como uma das estratégias político-pedagógicas para melhorar a qualidade dos processos de alfabetização e do letramento dentro de algumas escolas públicas que apresentam índices de desenvolvimento educativo abaixo do esperado.

Assim sendo, o presente artigo, procurando compreender melhor esse processo de construção da qualidade educativa, propõe, através de uma pesquisa bibliográfica, refletir acerca da relevância da proposta política de indução da Educação Integral/escola em tempo integral como instrumento político-educativos para promover o melhoramento do processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, a elevação dos níveis de alfabetismo dentro de algumas escolas públicas, observando como essa iniciativa política poderia (ou não) contribuir para, melhorar a qualidade dos processos de alfabetização e letramento e, assim, contribuir para transformar a realidade educativa do país. Portanto, a presente estudo justificar-se-ia pela necessidade acadêmica e social de compreender melhor o contexto que emergem às políticas públicas educacionais para, com isso, sinalizar se há nele o real interesse em promover ações político-educativas mais consistentes e eficazes para tratar resolver à questão da baixa qualidade da alfabetização e do letramento, dentro de algumas escolas públicas, já que isso pode estar comprometendo à qualidade da educação no país.

## **DESENVOLVIMENTO**

Com democratização do acesso à escola pública, a questão da baixa qualidade dos processos de alfabetização e letramento tornou-se uma das principais desafios político-educativos a ser enfrentados e superados. Por isso, especialistas governamentais e estudiosos de diferentes áreas do conhecimentos procuravam constantemente discutir e debater acerca dessa temática, para tentar descobrir quais seriam as principais razões para a sua ocorrência, haja vista que, há anos, esse fenômeno educativo, mesmo sendo foco de preocupação e investigação, continuava contribuindo para aumentar à taxas de repetência, de evasão escolar e do número de analfabetos funcionais escolarizados no país (SAVIANI, 2007). Uma situação

educativas complexa e desafiadora que, além de aspectos didático-pedagógicos, envolve ainda fatores socioeconômico, culturais e políticos-ideológicos e, por isso, precisava ser melhor compreendida e, urgentemente, enfrentadas e tratadas, para não acentuar ainda mais a questão das desigualdades educativas e sociais (SAVIANI, 2007)

Essa preocupação com a qualidade da alfabetização e do letramento fez com que, nas últimas décadas, o Estado e a sociedade civil procurassem atuar, em conjunto, para criar estratégias político-educativas mais direcionadas ao atendimento das demandas educativas de estudantes que estivessem cursando os primeiros anos da Educação Básica. Com essa iniciativa, buscava-se promover o melhoramento do processo de ensino-aprendizagem e, com isso, tentar resolver à questão da baixa qualidade da alfabetização e do letramento, especialmente, no contexto da escola pública, pois, acreditava-se que, somente assim, seria possível garantir, a um maior número de crianças, o direito de, através da alfabetização e do letramento de qualidade, adquirirem aprendizagem significativa, já que seria nessa primeira etapa da escolarização (o chamado ciclo da alfabetização) que a criança passaria à adquirir as competências e as habilidades necessárias para consolidarem dos conhecimentos linguísticos e matemáticos que garantiriam à elevação gradual do nível de alfabetismo do aprendiz nos anos subsequentes. O termo alfabetismo serve para nomear a capacidade de utilizar, de modo consciente, os conhecimentos linguísticos matemático, compreendendo a importância social dessa utilização. E essa capacidade pode ocorrer em diferentes níveis: rudimentar, básico, elementar, intermediário e adequado - pleno e proficiente (QEDU, 2019, INAF, 2019).

De acordo com Machado, (1990), Soares (2000) e Albuquerque (2007), o termo alfabetização comumente é empregado para designar o processo inicial de apropriação dos conhecimentos linguísticos e matemáticos e de compreensão dos princípios que regem o sistemas notacional das escritas alfabética e numérica, enquanto que o termo letramento seria usado para nomear o processo de compreensão da importância da utilização desses conhecimentos nas práticas sociais e culturais. Ainda segundo os mesmos autores, esses processos educativos, embora distintos e iniciado na primeira etapa da escolarização, devem ocorrer de modo contínuo e indissociável, ao longo de todo o processo de escolarização, para garantir que o sujeito-aprendiz possa ser preparado intelectualmente para, através da leitura, da escrita e do raciocínio matemático, adquirir e produzir novos conhecimentos que sejam capazes de auxiliá-lo na compreender das suas necessidades pessoais, das relações sociais e das expectativas e exigências da sociedade atual.

Assim sendo, os processos de alfabetização e o letramento poderiam ser considerados como base de sustentação para o desenvolvimento educativo e, desse modo, seria

imprescindível que se buscasse direcionar mais esforços para ampliar os investimentos na Educação Básica, com vista no melhoramento da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, nos primeiros anos do ensino Fundamental, já que, há algum tempo, inúmeras pesquisas e estudos nacionais e internacionais estariam mostrando que devido à baixa qualidade do processo inicial de alfabetização e letramento, parte significativa dos estudantes brasileiros estariam percorrendo todo o Ensino Fundamental e, até mesmo, concluindo o Ensino Médio sem estarem devidamente preparados para, por meio do domínio da leitura e da escrita, conquistarem uma aprendizagem significativa, ou seja, sem estarem devidamente prontos para, gradativamente, alcançarem níveis mais elevados de alfabetismo que os garantisse mais autonomia no processo educativo (QEDU, 2019, INAF, 2019)

Situação educativa que revelava que, além do desafio de tentar solucionar a questão da baixa qualidade da alfabetização/letramento nos anos iniciais, ainda, seria preciso tratar e resolver à questão do baixo nível de alfabetismo em outras etapas da Educação Básica. Isso porque, esses fenômeno educativo evidenciava, que embora a democratização do ensino público tivesse sido um grande avanço para o país, esse processo político não conseguiu, de fato, efetivar-se, para todos e ao mesmo tempo, como uma oportunidade de conquista do direito à alfabetização/letramento de qualidade, uma vez que, mesmo havendo a ampliação do acesso à escolarização, muitos estudantes, em diferentes partes do país, continuavam sem ter acesso à um processo de ensino-aprendizagem eficiente que fosse capaz de propicia-los aprendizagem significativa (SAVIANI, 2007; FERRARO, 2008).

Por conta disso, o Estado e a sociedade civil careciam, urgentemente, repensarem à questão da alfabetização e do letramento e, após isso, assumirem o compromisso de fazer intervenções oficiais mais drásticas no sistema público de ensino e dentro do contexto escolar (ALGEBAILLE, 2009), a fim de oferecer à esse significativo números de estudantes uma nova oportunidade para resinificarem sua experiência educativa e superarem suas deficiências de aprendizagem, dando-lhes a chance de serem submetidos a uma nova proposta político-educativa que possa assegurar-lhes mais tempo escolar para reforçar seu aprendizado e proporcioná-los atendimento didático-pedagógico diferenciados para que possam aprender, reaprender e se capacitar para alcançar níveis de alfabetismo mais elevados. E foi com esse compromisso que o Estado – pressionado pelos anseios sociais – procurou retomar a ideia de Educação integral, colocando-a como uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), bem como do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDDE), no intuito de promover à melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem em algumas escolas públicas que

estariam apresentando baixo índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (COELHO, 2009; BRASIL, 2009; PNE, 2006)

Com essa proposta de instituir uma política de indução da Educação integral, o Estado esperava promover à qualidade dos processos de alfabetização e letramento em diferentes etapas do Ensino fundamental, pois isso, contribuiria para elevar os níveis de alfabetismo dos estudantes, com baixo desempenho educativo e, certamente, reduzir, as desigualdades educativas existentes na escola pública., ou seja, com essa proposta político-educativa buscava-se melhorar a qualidade da alfabetização e letramento, como estratégia para reforçar a aprendizagem e garantir promoção da equidade de oportunidades educativas tão necessárias para legitimar a escola pública com espaço de aprendizagem ainda mais democrático e inclusivo.

De acordo com Coelho (2009), no Brasil, a proposta de instituir a Educação Integral/escola de tempo integral, como estratégia política de enfrentamento a problemática do baixo nível de alfabetismo na Educação Básica, sempre foi pauta de debates e discussões, em diferentes momentos da História da Educação no Brasil. Ao longo do tempo, educadores de diversas correntes filosóficas procuraram defender essa proposta (Educação integral/escola como tempo integral), por acreditarem que a mesma seriam a melhor alternativa político-educativa para promover a melhoria da qualidade do ensino e assegurar os princípios democráticos da igualdade de direitos dentro da escola pública e na comunidade (SOUZA *et al*, 2017; ZANARDI, 2016, COELHO 2009).

Anísio Teixeira, por exemplo, acreditava que o sentido da Educação integral estaria categoricamente relacionado a ideia de Escola em tempo integral: uma estrutura física e pedagógica pensada estrategicamente para atender às necessidades de aprendizagem e garantir a formação integral do aprendiz, auxiliando no desenvolvimento intelectual, físico, social e cultural (COELHO, 2009). Para ele, a Educação integral/escola em tempo integral seria uma proposta de educação (e de escola) que exigiria uma prática pedagógica diferenciada, capaz de promover a integração dos conteúdos escolares com as vivências dos alunos, a fim de estimulá-los e motivá-los pedagogicamente à participarem efetivamente do processo de ensino-aprendizagem e, com isso, tornarem-se protagonistas do processo de construção do conhecimento. Para Fonseca (2006), nessa proposta pedagógica, a alfabetização (letramento) teria papel fundamental para garantir, não somente o gradativo desenvolvimento intelectual, mas, sobretudo, uma formação cidadã, que fosse capaz de fomentar o despertar da consciência crítica dos sujeitos aprendizes, de modo a levá-los à compreenderem a necessidade de, por

meio dos conhecimentos adquiridos, fortalecerem suas identidades histórico-culturais e promoverem transformações sociais (FONSECA, 2006).

Desse modo o processo de alfabetização, na perspectiva da Educação Integral, seria um meio não somente para instruir, mas, sobretudo, para educar os sujeitos para a vida. Alfabetizar, nessa perspectiva, seria um ato de libertação e de fortalecimento da cidadania: a verdadeira concretização de um princípio constitucional, em um Estado democrático de direito (TEIXEIRA, 1997). A alfabetização seria, então, a porta de entrada para mundo dos conhecimentos socialmente privilegiados e, por isso, ao ser promovida pela escola deveria estar associada à necessidade de despertar no aprendiz a consciência reflexiva acerca do uso social da leitura e da escrita, pois assim ficaria mais fácil familiarizá-lo à aspectos fundamentais da civilização, habituando-o ao manejo de instrumentos mais aperfeiçoados de cultura e dando-lhe segurança de inteligência e de crítica para viver em um meio de mudança e transformação permanentes” (TEIXEIRA, 1997, p. 85).

Dessa forma entende-se que, de acordo com Anísio, o sentido e o propósito da alfabetização/letramento na perspectiva da Educação Integral/escola de tempo integral deveriam ultrapassar a perspectiva do aprender codificar e decodificar signos/códigos linguísticos e matemáticos, para alcançar níveis mais altos de compreensão sobre o uso da escrita/leitura no contexto social, já que desde as primeiras décadas do século XX, nas “sociedades modernas”, cada vez mais, exigia-se níveis mais altos de alfabetismo para que os sujeitos pudessem estar preparados para acompanhar os avanços científicos e as mutações da sociedade tecnológicas (FONSECA, 2006). E seria justamente por isso que todos os sujeitos-aprendizes deveriam ter acesso à alfabetização/letramento de qualidade, para ter mais condições de se prepararem intelectualmente para compreenderem melhor à realidade circundante, tendo autonomia para construir novos conhecimentos e decidirem a melhor forma de utilizá-los para ressignificar sua subjetividade ou transformar sua condição de ser histórico-social.

Assim como Anísio, Darcy Ribeiro também foi um defensor da Educação em tempo integral/escola em tempo integral como uma estratégia para melhorar a qualidade da alfabetização e da Educação Básica no país e, por isso, defendia que essa proposta de Educação ocupasse lugar de destaque no campo das políticas públicas educacionais. Para Darcy, a Educação integral/ Escola Integral poderia representar uma revolução educacional se houvesse boa vontade política para aumentar os investimentos em educação pública e promover mudanças significativas no modo de gerir o sistema político-educacional, buscando transformar positivamente o ambiente escolar e o processo de ensino-aprendizagem. Para

tanto, seria preciso destinar mais recursos financeiros para fortalecer à escola como espaço de aprendizagem, instrumentalizando-a para oferecer as condições materiais ideais para se conseguir incluir, instruir e educar os alunos, independentemente, das suas diferenças culturais e socioeconômica ou, ainda, das dificuldades de aprendizagem que possuíssem (POSSER *et al*, 2016; RIBEIRO, 1986).

Na perspectiva de Darcy, a Educação integral/Escola de tempo integral poderia ser uma estratégia política com grande potencial para promover a melhoria da qualidade da educação, mas sobretudo, para assegurar o direito à alfabetização, pois, por meio dessa proposta, o Estado poderia oferecer as crianças/adolescentes, principalmente as mais necessitadas, a oportunidade de terem mais tempo escolar para aprender e superar dificuldades de aprendizagem que estariam dificultando seu processo de alfabetização/letramento e, conseqüentemente, comprometendo seu desenvolvimento educativo. Um pensamento que o levou a idealizar e implantar o CIEPs, um projeto que sinalizava para a retomada de um ideal político-sociológico que, na época, propunha dar novos rumos para a educação pública do país, indo de encontro à concepção tradicional de escola, de educação e de alfabetização (POSSER *et al*, 2016).

Como se ver, as propostas de Educação integral/escola de tempo integral idealizadas por Anísio e Darcy eram projetos que exigiram um ordenamento político-educacional diferenciado e bem mais articulado do que se propunha para o modelo de educação/escola tradicional, por isso, ao retomar essa proposta como estratégia política-educativa de melhoramento da qualidade da alfabetização e do letramento, o poder público deveria estar consciente de que, para além da necessidade de ampliar o tempo escolar, seria preciso ainda ampliar à quantidade de recursos financeiros para auxiliar as instituições de ensino à transformar o ambiente educativo e capacitar os docentes e a gestão escolar, gerando as condições pedagógicas ideais para atender adequadamente as crianças e adolescentes em tempo integral, oferecendo-lhes, a quem mais necessita, o apoio pedagógico necessário para superarem suas carências educacional (COELHO, 2009).

Segundo Coelho (2009) a exigência de ampliar os investimentos em Educação Integral/escola em tempo integral, como estratégia para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, nem sempre foi bem compreendida e aceita por todos os governantes e, por conta disso, em diferentes épocas, a falta dessa compreensão tornou-se a razão para inviabilizar ou dificultar à concretização desse projeto, de instituir à Educação integral/em tempo integral) como uma promissora política de Estado, capaz de promover a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem (tendo como foco a alfabetização e o

letramento) e de garantir a redução das desigualdades educativas e sociais (POSSER *et al*, 2016; ZANARDI, 2016). Uma realidade que, de acordo com Zanardi (2016), por muito, foi interpretada como evidencia do desinteresse do Estado em propiciar educação de qualidade às camadas populares como garantia de acesso ao conhecimento socialmente privilegiado, ou seja, desinteresse em garantir meios político-educativos mais eficientes para facilitar a elevação dos níveis de alfabetismo desses grupos e, com isso, ajudá-los a – através do conhecimento científico – livrá-los do conformismo social, levando-as à procurarem diferentes maneiras de transformar sua realidade individual e social (ZANARDI, 2016).

Apesar das controvérsias, nas últimas décadas, – talvez, devido às profundas mudanças de concepções e percepções ocorridas no campo político, social e educativo – o Estado tem procurado mudar seu posicionamento e, aparentemente, buscado minimizar essas evidências, esforçando-se, aparentemente, para compreender melhor a relevância de investir na proposta de Educação integral/escola em tempo integral como estratégia político-educativa para melhorar a qualidade educativa e garantir níveis de alfabetismo mais elevados no país. Com esse posicionamento, a proposta de instituir uma política de indução da Educação integral passou a ser conduzida por mudanças significativa de concepção em torno da relevância político-educativa e propósito social. E esse movimento positivo do Estado, certamente, serviria para fortalecer ainda mais sua parceria com a sociedade civil (já que essa já possuía experiência em desenvolver projetos sociais nesse sentido) – dando-lhe mais segurança para apoiá-lo e se envolver em novos projetos governamentais, dentre os quais vale destacar o PNE e o PDE – afim de, em conjunto, encontrarem caminhos para, com foco na qualidade da alfabetização e letramento, melhorarem a qualidade da Educação Básica no país (CAVALIERE, 2010).

Com essa parceria a sociedade civil passaria à atuar em conjunto com o poder público, compartilhando da responsabilidade e do compromisso político-social de instituir a Educação integral/escola em tempo integral, como mais uma alternativa para promover a melhoria da qualidade da alfabetização e do letramento dentro das escolas públicas (principalmente, daquelas com baixo índice de desenvolvimento educativo), já que o fenômeno da baixo nível de alfabetismo seria um dos fatores que estariam comprometendo a eficiência do processo de ensino-aprendizagem e retardando o processo de construção da qualidade educativa no país. E, por conta disso, o Estado, atuando em conjunto, com a sociedade civil, procurou elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE) propondo, na meta 06, a necessidade de se instituir políticas de indução da Educação Integral como estratégia para melhorar a eficiência do processo de ensino-aprendizagem (procurando reforçar os processos de alfabetização e



letramento) e, com isso, dar novos rumos à educação no país (CAVALIERE, 2010; SAVIANI, 2007).

No PNE, a meta 06, estabelece que a União, através do regime de colaboração e cooperação com os estados, os municípios e a sociedade civil, crie meios para ampliar a quantidade de recursos financeiros para garantir a retomada da proposta de Educação Integral. Uma proposta que serviria de referência para a criação do PDDE Educação integral, um projeto, agregado ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que possibilitou a implementação de importantes programas como o Mais Educação e, posteriormente, o Novo Mais Educação (BRASIL, 2009).

Programas esses que seriam resultados de uma ação intersetorial que envolveria políticas públicas educacionais e sociais no propósito de contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, da redução das desigualdades educacionais, procurando ampliar os investimentos em ações mais direcionadas – como formação de diferentes agentes educativos, monitoramento da aprendizagem e reforço escolar no contra turno (BRASIL, 2009) – para garantir atendimento pedagógico diferenciado a alguns estudantes de escola pública que apresentavam distorção de idade-série e baixos níveis de alfabetismo, especialmente, aqueles em situação de vulnerabilidade social, dando-lhes a oportunidade de reforçar sua aprendizagem no contra turno e, com isso, conquistarem o direito aprimorarem seus conhecimentos linguísticos e matemáticos, aprenderem adequadamente e se desenvolverem integralmente.

A proposta de implantar Educação integral requereria uma maior quantidade de investimentos na Educação Básica, a fim de promover mudanças significativa no processo de organização e gestão do sistema educativo – levando-o a um ordenamento jurídico que propusesse uma nova perspectiva de escola, de currículo e de ensino – com o intuito de oferecer a todos os sujeitos-aprendizes – principalmente os oriundos das classes sociais mais baixas – por serem mais afetados com a problemática da baixo nível de alfabetismo – o direito de serem plenamente alfabetizados e letrados e, com isso, preparados para continuarem aprendendo e se desenvolvendo integralmente como estudante e, sobretudo, como cidadão consciente da sua responsabilidade como agente de transformação social (SAVIANI, 2007; COELHO, 2009; CAVALIERE, 2010).

Partindo dessa perspectiva, a política de indução da Educação Integral/escola pode ser concebida como uma alternativa para gerar novas oportunidade de aprendizagem e fazer com que inúmeros estudantes possam superar as deficiências do processo inicial de

alfabetização/letramento e, assim, poderem continuar aprendendo e se desenvolvendo para alcançar nível de alfabetismo mais elevados.

O sucesso dessa proposta político-educativa dependeria de ações que vão além da vontade política ou da participação social, sendo, necessário, sobretudo, alterar concepções e comportamentos daqueles que gerem e conduzem de perto o processo de ensino-aprendizagem (gestão escolar e professores), para tentar oferecer aos estudantes o direito de, através dessa proposta político-educativa, obterem uma nova experiência educativa (CAVALIERE, 2010), sobretudo com os processos de alfabetização e o letramento, já que há a possibilidade de muitos desses estudantes terem sido vítimas de uma processo ineficiente de alfabetização e letramento, pois, como é de conhecimento público, na fase inicial da alfabetização, também é possível constatar a dicotomia entre saber e conhecer e, por isso, é comum encontrar pessoas alfabetizadas que “sabem decodificar em nível micro, a vinculação entre sons e letras, mas é mais ou menos incapaz de produzir e interpretar um texto significativos com valor social, ou alguém poder ter consciência do uso social da escrita sem ser capaz de produzi-la” (GROSSI, 2000). E é por isso que se defende que para melhorar a qualidade da alfabetização é necessário também garantir a qualidade do processo de letramento (SOARES, 2003). E essa percepção precisa estar clara em qualquer proposta política-educativa que se propõe melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e elevar os níveis de alfabetismo.

Assim sendo, defende-se que a alfabetização e o letramento na perspectiva da Educação Integral deve proporcionar muito mais que o saber codificar e decodificar é fundamental que esses processos sejam trabalhados no sentido de oportunizar o direito do conhecer, pois “a alfabetização que interessa efetivamente é a que conjuga saber e conhecimento, porque acrescenta ser a quem aprende, isto é, transforma analfabeto em leitor e escritor, porque integra ideia e existência, as esferas individual e social, a teoria e a prática (GROSSI, 2000, p. 21) Uma percepção que segundo Soares (2000), Machado, (1990) e Albuquerque (2007), só se concretiza se a escola tiver a compreensão da importância de se propiciar um processo de alfabetização associado ao processo de letramento, tendo a consciência crítica de que esses processos devem ser contínuo, já que, como sugere inúmeros estudos científicos, os sujeitos aprendizes não aprendem da mesma maneira nem no mesmo tempo.

Diante do exposto, entendeu-se que a proposta de instituir políticas de indução da Educação Integral, como estratégia político-educativa para melhorar a qualidade da educação básica, dever priorizar, sobretudo, a qualidade e eficiência dos processos de alfabetização e

letramento, pois somente assim, será possível oferecer as condições pedagógicas necessárias para que os estudantes, atendidos por essa política, possam superar suas deficiências de aprendizagem, e terem condições intelectuais adequadas para adquirirem e construir novos conhecimentos que serão necessários para garantirem o desenvolvimento integral do ser, em suas múltiplas dimensões (humana, física, intelectual, sócio emocional, psíquica etc.). Já que entende-se que essa proposta de ampliação de tempo escolar, pode ser uma ótima oportunidade para promover uma proposta educativa inovadora, em que a qualidade do processo de alfabetização e letramento devem ser prioridades, pois, assim, como a perspectiva de Educação Integral não poderia ficar restrita, apenas, a ideia de ampliação de tempo e assistência social, entende-se que nessa proposta de educação, o sentido da alfabetização, também, não pode ficar restrito apenas ao simples processo de aprendizado da leitura, da escrita e das operações Matemáticas (ZANARDI, 2016; CAVALIERE, 2010), já que, a tempos, estudiosos apontam que

A alfabetização, na perspectiva da educação integral, precisa ser entendida como

Um processo de apropriação de um conhecimento que capacita para à integração econômica, social e política do indivíduo e dos segmentos ou grupos da sociedade. Alfabetização é uma metodologia de entendimento compreensivo do real, no contexto da conscientização, da socialização, da politização e do compromisso histórico dos homens e dos grupos (MADEIRA, 1992, p. 62).

Frente à essa perspectiva, defende-se que o Estado e a sociedade continuem investindo na proposta de implantação da Educação integral, como estratégia para melhorar a qualidade dos processos de alfabetização e letramento, pois isso, pode contribuir para minimizar ou reduzir as desigualdades educativas, tornando a escola pública ainda mais eficiente e inclusiva, capaz de oferecendo a todos os sujeitos-aprendizes, independentemente das dificuldades de aprendizagem que apresentem, o direito de, por meio da alfabetização e letramento de qualidade, ter acesso à uma diversidade de conhecimentos que servirão para instruí-los, mas, sobretudo, para educá-los para a vida, tendo a consciência de que, por serem plenamente alfabetizados e letrados, possuem as ferramentas necessárias para reconstruírem suas experiências educativas e se adaptarem as exigências histórico-sociais, tendo mais condições intelectuais para modificar seu destino como estudantes e cidadãos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização e a educação de qualidade são direitos que não podem ser negado ao cidadão. Por isso, a educação integral/em tempo integral, apesar de seus limites e contradições, pode torna-se – principalmente, para os grupos sociais menos favorecidos – uma importante política para efetivar tais direito, garantindo que, com mais tempo na escola, o aprendiz tenha mais oportunidades para alfabetizar-se e letrar-se adequadamente e, com isso, possa adquirir as condições necessárias para desenvolver-se como ser integral. Desse modo, faz-se necessário que o Estado e a sociedade civil continue investindo na proposta da Educação Integral/escola em tempo integral como ferramenta para melhorar a qualidade da alfabetização e do letramento e, com isso, gerar novas oportunidades educativas e promover equidade de oportunidades, dando a quem mais precisa oportunidades diferentes para reaprender e resinificar sua trajetória educativa.

Desse modo, acredita-se que, ao apresentar os resultados das discussões e reflexões levantada por meio da referida pesquisa bibliográfica, o presente estudo cumpriu seu papel social de mostrar o quanto é necessário repensar a questão da alfabetização/letramento na perspectiva das políticas educacionais que vem sendo desenvolvida no país. Pois, assim tornar-se-á mais fácil compreender como estratégia político-educativa, a exemplo da Educação Integral, podem ser relevantes – quando bem gerida pelo Estado e pela escola – para promover a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem e a elevação dos níveis de alfabetismo, principalmente, na escola pública, contribuindo para possibilitar aprendizagem significativa e reduzir as desigualdade educativas.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Conceituando alfabetização de Letramento**. In SANTOS, Carmi Ferraz e MENDONÇA Márcia. Alfabetização e letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autentica, 2007.
- ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil: ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2009.
- BRASIL, **Manual de educação integral para obtenção de apoio financeiro através do programa dinheiro direto na escola – PDDE e, no exercício de 2009**. Disponível em: <ftp.fnde.gov.br> > web > pdde > manual\_pdde\_2009\_escola\_integral FNDE. Acesso 12 de Setembro 2019.
- CAVALIERE, Ana. Maria Vilella. **Anísio Teixeira e a educação integral**. Paidéia, v. 20, n. 46, p. 249-259, mai./ago. 2010.
- COELHO, Lígia Marta C. da Costa. **História(s) da educação integral**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Direito à educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse?** Revista Educação e Pesquisa, v. 34, n 2- p 273-289, maio São Paulo. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/05.pdf>. Acesso: 25 de maio de 2019.

FONSECA, Sérgio C. **Repercussões das ideias de Anísio Teixeira na Obra de Paulo Freire.** Resumo da tese de doutorado. 2006. Rev.Travessias: Educação, cultura, linguagem e arte. Ed, 04.ISSN: 1982 – 5935. Disponível em: [saber.unioeste.br > index.php > travessias > article > download](http://saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/download). Acesso 14 de Agosto de 2019.

GROSSI, Esther. **A coragem de mudar em educação.** Petrópolis: Editora Vozes. 2000.

INAF, indicador de analfabetismo funcional Brasil. **Resultados preliminares.** Instituto Paulo Montenegro. Ação educativa. Agosto de 2018. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br> Acesso em: 12 de julho de 2019.

NARDI, Elton Luiz. **Políticas públicas e Ensino fundamental: sob o imperativo do direito à educação de qualidade.** In CAMPOS, Marília Andrade Torales e SILVA, Mônica Ribeiro da (Org). Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Curitiba: Appris, 2017.

MACHADO, Nilson José. **Matemática e Língua Materna: análise de uma impregnação mútua.** São Paulo: Cortez, 1990.

MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. **O desafio fundamental do programa nacional de alfabetização e cidadania – PNAIC.** Em Aberto, Brasília, ano 10, n. 50/51, abr./set. Brasília: MEC, 1992.

PERES Eliane. **“A produção da crença”:** políticas de Alfabetização no Brasil na última década. In Campos, Marília Andrade Torales e SILVA, Monica Ribeiro da (org). Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Curitiba: Appris, 2017

POSSER, Juliana; ALMEIDA, Lia Heberlê de; MOLL, Jaqueline. **Educação Integral: Contexto Histórico na Educação Brasileira.** Revista de Ciências Humanas – Educação. FW, v. 17, n. 28, p. 112-126, Jul. 2016. Disponível: [revistas.fw.uri.br > index.php > revistadech > article > download](http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/download). Acesso: 13 de agosto de 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEPS.** Rio de janeiro. Bloch S.A. 1986.

SAVIANI, Dermival. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** análise do projeto do mec. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

SOUZA, Donaldo Bello de; MENEZES, Janaína Specht da Silva; COELHO, Lígia Martha C. da Costa; BERNADO, Elisângela da Silva. Regime de colaboração e educação em tempo integral no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v.47, n.164, p.540-561, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n164/1980-5314-cp-47-164-00540.pdf>. Acesso: 13 de maio de 2019.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia.** 2 ed. Rio de janeiro. Editora UFRJ. 1997.

ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **Educação integral, tempo integral e Paulo Freire: os desafios da articulação conhecimento-tempo-território.** Revista e-Curriculum, v.14, n.01, p. 82 – 107 jan./mar. 2016 e-ISSN: 1809-3876. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso: 11 de setembro de 2019.

